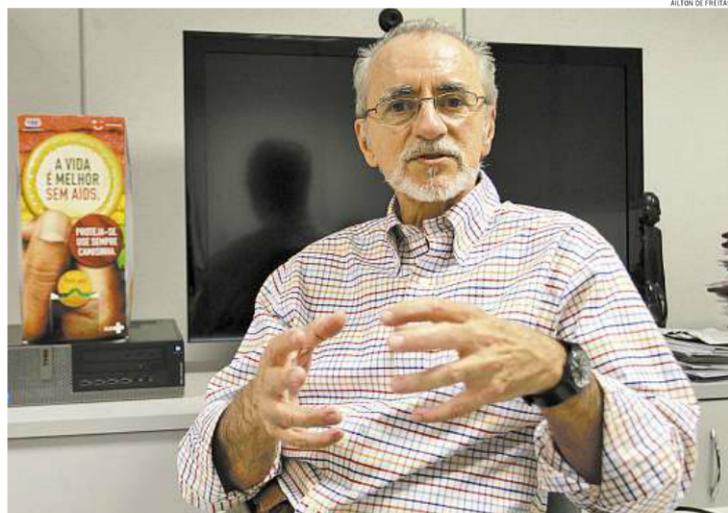


Ex-diretor de Aids diz que há pressão religiosa na Saúde

Outros dois diretores se demitem do ministério após saída de Greco



Crítica. Demitido por teor de campanha voltada a prostitutas, Greco disse que sua gestão "não coadunava com política conservadora do governo"

VINICIUS SASSINI/
vinius.jorge@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. O médico infectologista Dirceu Bartolomeu Greco disse que foi demitido do cargo de diretor do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde porque a política desenvolvida sob sua gestão não "coadunava com a política conservadora do atual governo". Em entrevista ao GLOBO no fim da tarde, o ex-diretor disse que há pressões de religiosos na pasta comandada por Alexandre Padilha e falou da mistura entre religião e saúde pública. Greco, de 60 anos, foi demitido por Padilha na noite da última terça-feira, 4. Ontem, dois diretores adjuntos do Departamento de DST e Aids — Ruy Burgos Filho e Eduardo Barbosa — pediram demissão.

— Em qualquer situação, o papel que o gestor de saúde tem é separar o que é saúde, do ponto de vista lato, do que é decisão individual em relação à religião. São situações completamente separadas. Se você é um fundamentalista e quer andar de burca, é um direito seu. Mas não pode ir contra mim por eu não ser desse jeito — afirmou o médico.

Para ele, as sucessivas decisões do ministro da Saúde de vetar campanhas educativas de prevenção da Aids representam um "risco" ao programa de combate à doença junto a públicos mais vulneráveis, como homens jovens gays e prostitutas. Dirceu era diretor da unidade, referência no combate à doença, desde agosto de 2010. Perdeu o cargo em razão da divulgação nas redes sociais da pasta de uma mensagem elaborada por prostitutas — "Eu sou feliz sendo prostituta" — como parte de uma campanha contra a Aids.

O ex-diretor listou três vetos de Padilha em um ano e meio "que são determinantes para sua demissão do cargo. O primeiro foi a proibição de veiculação, no carnaval deste ano, de um vídeo institucional com cenas de uma relação entre dois homens, para mostrar a necessidade de uso de preservativos. O segundo foi o recolhimento, também por determinação do ministro, de um material educativo com histórias em quadrinhos que abordavam questões de homofobia e sexualidade, enviados a 13 estados das regiões Norte e Nordeste. E, por último, a determinação da retirada da mensagem das prostitutas.

— Há risco (de os vetos prejudicarem o programa de combate à doença)? Claro. Dependerá de como isso será substituído. A campanha para os jovens gays foi substituída e, na avaliação do ministro, a substituição de uma informação por outra seria tão eficaz quanto. Não temos avaliação se a substituição foi eficaz.

Filho da primeira mulher vereadora pelo PT, o infectologista retoma na próxima semana o cargo de professor titular da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Ele passou o dia ontem recolhendo pertences pessoais. Por meio do Twitter, o ministro Alexandre Padilha negou ter cedido a pressões para demitir o diretor e sustentou que apenas vetou uma campanha que não condizia com a linha do ministério. •

'O senso comum é cada vez mais conservador'

Corpo a Corpo

Dirceu Greco

Professor de bioética, ex-diretor do departamento de DST/Aids diz que pressões internas e externas levaram à sua demissão do Ministério da Saúde

• O senhor enxerga a decisão do ministro de demitir-lo como resultado do "conservadorismo" no governo?

Hoje, no país, me arripio cada vez que se fala em plebiscito para pena de morte, redução da maioridade penal, retirada compulsória de usuários de crack e aborto. O senso comum nacional e internacional tem sido cada vez mais conservador e se reflete, principalmente, dentro do Congresso. Faz três anos, agora, que estou em Brasília. Vi muito progresso, mas ele continua muito discreto, com muitas dificuldades para enfrentar diversidades. O ministério não deixa de ser completamente isento disso. O departamento de Aids sempre foi vanguarda, com capacidade de discutir sexualidade, mortalidade, preconceito e estigma. Toda vez que ocorria uma crise, eu dizia: "O que estamos discutindo não é mais religião, é luta de poder".

• Crises como essa já tinham ocorrido?

Sim. O material voltado para jovens gays no carnaval, e as histórias em quadrinhos que falavam sobre essas coisas todas foram retirados. Este foi o terceiro episódio, três situações em um ano e meio. Do ponto de vista do ministério, a retirada foi por razão técnica, porque não passou pelos caminhos normais de avaliação do material. Esse é um pedaço da minha desavença. Todo ano tem o dia mundial de visibilidade das prostitutas. Nos reunimos com

elas na Paraíba, e foram elaboradas várias frases. A que dizia "Eu sou feliz sendo prostituta" não fazia nenhuma apologia. Mostrava que o processo da felicidade deve depender da profissão. Foi uma homenagem a elas. Como sempre, os grupos conservadores pinçam pedaços.

• Então existiam várias frases elaboradas?

Sim, como por exemplo: "Um beijo para você que usa camisinha e se protege". Não era uma campanha. A minha interpretação de profissional, com atuação com HIV/Aids e Bioética desde 1985, com responsabilidade institucional, me levou a tomar a decisão por achar importante. Foi uma linguagem única, com disseminação muito grande. E caiu na mão de quem tem capacidade de pressão.

“

Toda vez que ocorria uma crise, eu dizia: O que estamos discutindo não é mais religião, é luta de poder”

• Esse tipo de decisão do ministro é uma concessão aos grupos conservadores? O ministério pode estar comprometendo, com essas decisões, programas que são referência, como o de combate à Aids?

Diria que o ministro não tem papel conservador nesse processo, posso até estar enganado. Onde estão essas forças? Como as decisões são tomadas nesse país?

• Por que o ministro o demitiu, então?

A explicação é porque, por três vezes, campanhas não passaram pelo crivo do ministério e não foram aprovadas pela assessoria de comunicação. Como cidadão, penso que não era necessário fazer uma mudança desse tipo. E pensar que com a minha saída se resolve um problema. Vivemos um processo de pressões grandes, internas e externas.

• O senhor acredita que a iniciativa do ministro teve alguma intenção eleitoral, uma vez que ele é pré-candidato ao governo de São Paulo?

Isso eu não vou responder. Não tem nenhum sentido eu pensar nisso, afirmar sobre isso. Eu não sei. •

Afif sofre derrota em Comissão de Ética

Colegiado paulista considera 'indevido e inconveniente' o acúmulo de cargos

SÍLVIA AMORIM
silvia.amorim@sp.oglobo.com.br

SÃO PAULO. O ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, sofreu ontem o primeiro revés no episódio do acúmulo de cargos no governo de São Paulo e na Esplanada dos Ministérios. A maioria dos integrantes da Comissão de Ética de São Paulo — três votos — rejeitou a dupla função de Afif, considerando-a "indevida e altamente inconveniente". O colegiado voltará a se reunir dia 20 para ouvir os últimos dois integrantes do grupo e emitir parecer final. Mas a comissão não tem poder de punição, apenas de fazer recomendações.

Afif foi empossado ministro no último dia 9 como forma de a presidente Dilma Rousseff atrair o PSD para a base de apoio do governo. Até hoje, entretanto, não há uma definição sobre a legalidade do duplo vínculo. A Advocacia Geral da União deu aval para Afif assumir a vaga sem se licenciar da gestão em São Paulo, mas o caso ainda segue em análise na Comissão de Ética da Presidência da República.

A primeira saia-justa para Afif poderá acontecer na próxima semana, quando o governador Geraldo Alckmin deverá se ausentar do país. O ministro terá que assumir o estado por três dias. A forma como isso se

dará é uma incógnita.

A questão foi abordada pelo relator da Comissão de Ética paulista, Eduardo Muylaert, na reunião de ontem.

"Para não ferir a Constituição e não perder seu mandato, o vice-governador, eleito pelo povo, teria de vir ao seu estado a cada quinze dias. Será esse o espírito da norma constitucional ou seria mais lógico pensar que o Constituinte quis fixar o governador e o vice no seu estado, abrindo uma exceção para esporádicas viagens de até quinze dias? Isso sem indagar quem deveria custear o deslocamento, a São Paulo ou o estado. Como se vê, são questões que parecem tangenciar o absurdo", diz o relator.

Em seu voto, Muylaert defendeu que o duplo vínculo fere fundamentos do federalismo brasileiro. "Não só do ponto de vista jurídico, mas especialmente do ponto de vista da ética pública, a conclusão que a meu ver se impõe é de que a acumulação de funções é indevida e altamente inconveniente", conclui o relator.

Dois integrantes da comissão, instituída em 2012 pelo governo estadual, seguiram o voto do relator.

Em nota, Afif disse que a comissão não tem competência para julgá-lo. "Como órgão subordinado ao governador do estado, não tem competência para julgar o governador ou o vice-governador. Constata-se que nos votos até agora proferidos não ousaram dizer que há ilegalidade ou inconstitucionalidade no fato de o vice-governador exercer cargo de ministro", defendeu-se Afif. •



Repúdio. Afif disse que comissão paulista não tem competência para julgá-lo

Prefeitura de SP recebe parte de quantia desviada por Maluf

Primeira parcela determinada pela Justiça de Jersey é de R\$ 3,5 milhões

MARCELLE RIBEIRO
marcelle.ribeiro@sp.oglobo.com.br

SÃO PAULO. A prefeitura de São Paulo confirmou ter recebido o depósito de 1,076 milhão de libras esterlinas (cerca de R\$ 3,54 milhões) de empresas ligadas ao deputado federal e ex-prefeito Paulo Maluf (PP-SP). O valor estava depositado na Ilha de Jersey, paraíso fiscal britânico, e se refere à primeira parcela da transferência determinada pela Justiça de Jersey. O dinheiro teria sido desviado dos cofres públicos da capital paulista durante a construção da Avenida Água Espraiada.

Essa é a primeira vez que dinheiro da família Maluf volta à prefeitura em razão de condenação por corrupção. Outros recursos já haviam retornado ao Brasil em decorrência da condenação de pagamento de honorários advocatícios.

Segundo a assessoria de imprensa do município, os recursos foram depositados na última terça-feira na conta da prefeitura, no caixa único. Não foi divulgada a quantidade e o valor das próximas parcelas. O dinheiro poderá ser usado pelo prefeito Fernando Haddad (PT) em novos investimentos

ou pagamentos de dívidas.

A Justiça de Jersey já havia determinado que as empresas offshore Kildare Finance e Durant International, ligadas ao ex-prefeito Paulo Maluf e a Flávio Maluf, filho dele, devolvessem, até junho, US\$ 32 milhões (R\$ 68,5 milhões) aos cofres públicos do município, sendo que US\$ 4 milhões devem ser usados para pagar honorários advocatícios.

Destes US\$ 32 milhões, 1,076 milhão de libras entraram na terça nos cofres do município e aproximadamente outras 300 mil libras podem vir em breve para a prefeitura. É que estas 300 mil libras foram reservadas para, se for o caso, pagar despesas de custas processuais na ilha britânica.

EX-PREFEITO DIZ QUE NÃO É RÉU

A Procuradoria Geral do Município agora estuda como conseguir o restante do dinheiro. O promotor Silvio Marques, do MP Estadual, que denunciou Maluf na Justiça brasileira, comemorou o retorno da quantia.

— O ex-prefeito finalmente está sendo obrigado a ressarcir o dinheiro que ele e seus companheiros desviaram entre 1993 e 1998 — afirmou Marques.

A assessoria de imprensa de Maluf informou que ele não é réu na ação que tramita na Ilha de Jersey, que o ex-prefeito não tem relação com as empresas envolvidas no processo e que não tem contas no exterior. •

